RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

INCLUSÃO DE ESTUDANTES SURDOS NAS ESCOLAS: DESAFIOS, DIREITOS LINGUÍSTICOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ACESSÍVEL

INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN SCHOOLS: CHALLENGES, LINGUISTIC RIGHTS AND POSSIBILITIES FOR ACCESSIBLE EDUCATION

INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES SORDOS EN LAS ESCUELAS: DESAFÍOS, DERECHOS LINGÜÍSTICOS Y POSIBILIDADES PARA UNA EDUCACIÓN ACCESIBLE

Nyce Marcelle de Leon Rocha Vieira de Melo [1]
Gesica Suellen Sobrinho Costa [2]
Adriano de Oliveira Gianotto [3]
Giovana Cristina de Campos Bezerra [4]

Resumo
Este artigo analisa os desafios da inclusão escolar de estudantes surdos, os direitos linguísticos e as possibilidades de organização de uma educação acessível. A pesquisa bibliográfica qualitativa, de caráter narrativo, articula um conjunto de 18 artigos publicados entre 2022 e 2026, um estudo de 2016 empregado como referência conceitual e quatro documentos normativos brasileiros. A discussão organiza-se em três eixos: direitos linguísticos e participação escolar, formação docente e trabalho em colaboração, currículo visual e gestão da acessibilidade. A comparação entre os estudos identifica barreiras de comunicação, necessidades formativas e dificuldades na articulação entre planejamento, interpretação e ensino. Os resultados também indicam possibilidades relacionadas à circulação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), ao ensino do português escrito como segunda língua, à formação continuada situada na escola e à preparação compartilhada de recursos e atividades. Essas contribuições são interpretadas em relação aos contextos e aos limites metodológicos de cada pesquisa. Conclui-se que a acessibilidade escolar envolve decisões curriculares e institucionais que assegurem participação, aprendizagem e autonomia, respeitando a diversidade linguística dos estudantes surdos.
Palavras-chave: Educação de surdos; Libras; Direitos linguísticos; Inclusão escolar.

[1] Mestra em Letras pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora efetiva de Português/Libras do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). ORCID: https://orcid.org/0009-0006-2582-1325. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4011703115967452. E-mail: marcelyvieiramoc@gmail.com.
[2] Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Docente do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3801-0699. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9786741075423672. E-mail: gesicasuellen@uft.edu.br.
[3] Doutor em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com pós-doutorado pela mesma instituição. Professor efetivo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1651-5132. Lattes: http://lattes.cnpq.br/9280549986416421. E-mail: adriano.gianotto@ufms.br.
[4] Mestra em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutoranda em Estudos Linguísticos e Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Pará (IFPA), campus Bragança. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-4291-6174. Lattes: https://lattes.cnpq.br/5377391850792509. E-mail: arlgini.campos4@gmail.com.

CC BY

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

Abstract
This article examines the challenges of including deaf students in schools, their linguistic rights, and possibilities for accessible education. The qualitative bibliographic study adopts a narrative approach and brings together 18 articles published between 2022 and 2026, a 2016 study used as a conceptual reference, and four Brazilian legal documents. The discussion is organized around three themes: linguistic rights and school participation, teacher education and collaborative work, and visual curricula and accessibility management. A comparison of the studies identifies communication barriers, professional development needs, and difficulties in coordinating planning, interpreting, and teaching. The findings also identify possibilities associated with the use of Brazilian Sign Language (Libras) throughout school life, the teaching of written Portuguese as a second language, school-based continuing teacher education, and the joint preparation of resources and activities. These contributions are interpreted in relation to the contexts and methodological limitations of each study. The article concludes that school accessibility involves curricular and institutional decisions that support participation, learning, and autonomy while respecting the linguistic diversity of deaf students.
Keywords: Deaf education; Libras; Linguistic rights; School inclusion.

Resumen
Este artículo analiza los desafíos de la inclusión escolar de estudiantes sordos, sus derechos lingüísticos y las posibilidades de organizar una educación accesible. La investigación bibliográfica cualitativa, de carácter narrativo, articula un conjunto de 18 artículos publicados entre 2022 y 2026, un estudio de 2016 utilizado como referencia conceptual y cuatro documentos normativos brasileños. La discusión se organiza en tres ejes: derechos lingüísticos y participación escolar, formación docente y trabajo colaborativo, currículo visual y gestión de la accesibilidad. La comparación entre los estudios identifica barreras de comunicación, necesidades formativas y dificultades para articular planificación, interpretación y enseñanza. Los resultados también señalan posibilidades relacionadas con la presencia de la Lengua Brasileña de Señas (Libras), la enseñanza del portugués escrito como segunda lengua, la formación continua situada en la escuela y la preparación compartida de recursos y actividades. Estas contribuciones se interpretan considerando los contextos y las limitaciones metodológicas de cada investigación. Se concluye que la accesibilidad escolar implica decisiones curriculares e institucionales que aseguren participación, aprendizaje y autonomía, respetando la diversidad lingüística de los estudiantes sordos.
Palabras clave: Educación de sordos; Libras; Derechos lingüísticos; Inclusión escolar.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de estudantes surdos envolve condições de comunicação, participação e aprendizagem que precisam ser consideradas no planejamento do ensino. Na educação básica, a matrícula abre o acesso à instituição, enquanto a apropriação do currículo depende das relações entre língua, práticas pedagógicas e organização escolar. Estudos desenvolvidos em contextos distintos identificam dificuldades de interação entre docentes e estudantes, necessidades de formação e possibilidades de uso de recursos visuais e de trabalho em colaboração (Souza; Lima, 2022; Porto; Santana, 2024; Nascimento; Teixeira, 2025). Esses resultados permitem discutir a acessibilidade como uma responsabilidade pedagógica e institucional.

A diversidade linguística dos estudantes surdos exige atenção aos seus repertórios e percursos de escolarização. Para os usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), o acesso à língua de instrução e às interações em sala de aula constitui uma dimensão da participação educacional. Nóbrega *et al.* (2025) discutem diferenças entre estudantes que utilizam a língua de sinais e aqueles que recorrem a outras formas de comunicação. A organização de apoios

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

precisa considerar essa heterogeneidade, a escolha da modalidade educacional e a interlocução com o próprio estudante e sua família.

No plano jurídico, a educação de surdos no Brasil passou por mudanças nas últimas décadas. A Lei nº 10.436/2002 reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão. O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou esse reconhecimento e estabeleceu disposições sobre formação profissional e acesso à educação. A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, previu a oferta de educação bilíngue e medidas de acessibilidade. A Lei nº 14.191/2021 inseriu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a modalidade de educação bilíngue de surdos, oferecida em Libras como primeira língua e em português escrito como segunda língua aos educandos optantes por essa modalidade (Brasil, 2002, 2005, 2015, 2021).

Diante desse cenário, o problema que orienta este artigo é formulado nos seguintes termos: quais desafios precisam ser enfrentados e quais possibilidades podem ser construídas para que a inclusão escolar de estudantes surdos se efetive como direito linguístico, curricular e pedagógico? O objetivo geral é analisar os desafios, os direitos linguísticos e as possibilidades de organização de uma educação escolar acessível a estudantes surdos, com base no conjunto de artigos identificado na metodologia e nos marcos legais brasileiros. Os objetivos específicos são discutir a relação entre bilinguismo e participação escolar, examinar a formação docente e o trabalho em colaboração com tradutores e intérpretes de Libras e relacionar recursos pedagógicos, currículo e gestão da acessibilidade.

O texto está organizado em cinco seções. A introdução apresenta o problema e os objetivos. O referencial teórico delimita os conceitos de inclusão, direitos linguísticos e mediação pedagógica. A metodologia identifica o conjunto bibliográfico, os documentos normativos e a forma de comparação. Os resultados e a discussão relacionam os estudos em três eixos temáticos. As considerações finais retomam a questão de pesquisa e as implicações da síntese apresentada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico articula inclusão escolar, educação bilíngue e acessibilidade pedagógica. Esses conceitos orientam a leitura das relações entre os direitos assegurados nos documentos normativos e as condições de ensino descritas nas pesquisas. A discussão considera

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

a língua como meio de interação e de produção de conhecimento, a formação como dimensão do trabalho docente e o currículo como organização das oportunidades de aprendizagem.

Silva e Silva (2016) analisam o lugar atribuído à Libras por profissionais de uma escola pública de ensino médio. O estudo permite compreender que as concepções sobre a língua de sinais influenciam a forma de organizar a escolarização. Em sua discussão sobre bilinguismo, a relação entre desenvolvimento linguístico e acesso à cultura é expressa nos seguintes termos:

> O bilinguismo, no caso dos estudantes que não ouvem, se define como condição para inserção nos processos dialógicos do meio em que vivem. Ou seja, a partir do desenvolvimento primário, via Língua de Sinais, acessar e se apropriar dos elementos culturais produzidos pela sociedade, bem como o português, concebido como segunda língua. (Silva; Silva, 2016, p. 35).

Nessa perspectiva, a educação bilíngue envolve a participação na vida escolar por meio das línguas que constituem a experiência dos estudantes. Para os optantes pela modalidade, a Lei nº 14.191/2021 prevê a educação em Libras e o ensino do português escrito como segunda língua. O texto legal também preserva as prerrogativas de escolha de matrícula pelos estudantes ou, quando couber, por seus responsáveis (Brasil, 2021). Essa delimitação permite relacionar direitos linguísticos e diversidade de percursos educacionais.

A equidade educacional se expressa nas condições de acesso ao conhecimento e nas oportunidades de participação. Porto e Santana (2024) identificam, em uma escola investigada, práticas planejadas prioritariamente para estudantes ouvintes. A constatação evidencia um problema situado de organização didática. A partir desse resultado, a discussão sobre equidade envolve examinar como os objetivos curriculares podem ser trabalhados por diferentes linguagens, recursos e formas de expressão, considerando as características linguísticas dos estudantes.

A formação de professores integra essa organização. Lopes e Bernardes (2025) discutem o desafio de preparar docentes para o ensino bilíngue e para a mediação do conhecimento registrado na língua majoritária. Souza e Lima (2022) relacionam as necessidades formativas dos docentes à comunicação, às estratégias de ensino e à atuação conjunta com intérpretes. Essas contribuições fundamentam a análise da relação entre conhecimentos linguísticos, decisões didáticas e condições institucionais de trabalho.

O trabalho em colaboração diz respeito à articulação entre funções profissionais distintas. Castro e Kelman (2023) discutem práticas compartilhadas entre professoras e tradutoras e intérpretes de Libras em duas escolas-polo. Souza e Lima (2022) situam a

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

responsabilidade pelo ensino no trabalho do professor regente. A aproximação entre esses estudos permite examinar o planejamento conjunto como uma forma de coordenar a docência e a interpretação, preservando a especificidade de cada atuação.

A articulação desses conceitos orienta a análise apresentada nas seções seguintes. As questões relativas à língua e ao pertencimento são relacionadas à participação escolar. As necessidades de formação são examinadas em conjunto com a distribuição de responsabilidades. Os recursos visuais e as decisões de gestão são discutidos como componentes do currículo e da acessibilidade. Essa organização busca estabelecer relações entre resultados publicados e possibilidades de ação compatíveis com os contextos descritos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem natureza bibliográfica, abordagem qualitativa e caráter narrativo, articulados à leitura de documentos normativos. Seu objeto é a discussão das condições de inclusão escolar de estudantes surdos na educação básica. A síntese apresentada compara argumentos e resultados de um conjunto delimitado de publicações, situando suas contribuições em relação aos direitos linguísticos e às condições pedagógicas e institucionais de escolarização.

O *corpus* bibliográfico reúne os 18 artigos publicados entre 2022 e 2026 relacionados no Quadro 1. O estudo de Silva e Silva (2016) constitui uma referência conceitual complementar sobre bilinguismo e sobre o lugar atribuído à Libras na escola. Assim, o conjunto total discutido compreende 19 artigos. O intervalo de 2022 a 2026 descreve os anos de publicação dos 18 estudos reunidos. As datas de coleta de dados e os períodos históricos examinados em cada pesquisa pertencem aos respectivos estudos e podem ser anteriores à sua publicação.

Quadro 1 – Caracterização dos 18 artigos do conjunto bibliográfico

Estudo	Periódico	Foco e contribuição para a discussão
Castro e Kelman (2023)	Revista Teias	Práticas em colaboração entre docência e interpretação em duas escolas-polo.
Evangelista *et al.* (2024)	Research, Society and Development	Discussão bibliográfica sobre políticas públicas e inclusão escolar.
Lima e Lima (2024)	Revista Saber Incluir	Mediação linguística e cultural e formação de professores e intérpretes.

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

Estudo	Periódico	Foco e contribuição para a discussão
Lopes e Bernardes (2025)	Revista Brasileira de Educação Especial	Análise da formação de professores no Brasil e na França.
Magalhães e Aleixo (2026)	Revista Tópicos	Revisão bibliográfica sobre adaptações pedagógicas e institucionais.
Nascimento e Teixeira (2025)	Revista Form@re	Estudo de caso sobre interação entre uma professora e um estudante surdo.
Nóbrega *et al.* (2025)	Revista Foco	Revisão sobre diversidade linguística, apoios e acessibilidade escolar.
Oliveira *et al.* (2024)	Caderno Pedagógico	Análise de documentos federais sobre formação docente e inclusão.
Porto e Santana (2024)	Revista Espaço Pedagógico	Investigação de práticas nos anos iniciais em uma escola pública.
Romário (2025)	Revista Educação Especial	Entrevistas sobre responsabilidades de educadoras surdas e ouvintes.
Santos, Mendes e Kodama (2023)	Revista Educação Especial	Revisão teórica sobre práticas pedagógicas e desenvolvimento de potencialidades.
Silva *et al.* (2026a)	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	Discussão bibliográfica sobre espaço, linguagem e gestão escolar.
Silva *et al.* (2026b)	Revista Tópicos	Discussão bibliográfica sobre educação bilíngue e inclusão escolar.
Silva, Medeiros e Schwengber (2023)	Revista Educação Especial	Análise discursiva de um vídeo bilíngue sobre comunicação e escolarização.
Silva e Lima (2025)	Revista Técnico-Científica do IFSC	Revisão integrativa de 16 estudos sobre recursos pedagógicos.
Souza e Lima (2022)	Olhar de Professor	Questionário com 29 docentes sobre desafios e necessidades formativas.
Souza, Zimmermann e Silva (2025)	Revista Educação, Cultura e Sociedade	Pesquisa com quatro docentes sobre formação e ensino de estudantes surdos.
Vieira, Santos e Silva (2024)	Periferia	Investigação sobre relações interpessoais e inclusão em ambientes de aprendizagem.

Fonte: artigos relacionados nas referências. O estudo de Silva e Silva (2016) complementa o quadro como referência conceitual.

O conjunto documental é composto por quatro normas: a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 14.191/2021. A leitura concentra-se no reconhecimento e na difusão da Libras, nas disposições sobre formação e acesso à educação e na organização da modalidade bilíngue. Esses documentos funcionam como parâmetros para

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

discutir as condições institucionais descritas pelos estudos, distinguindo as previsões normativas dos resultados das pesquisas bibliográficas e de campo.

A análise apresentada organiza a comparação em três eixos temáticos: direitos linguísticos e participação escolar, formação docente e trabalho em colaboração, currículo visual e gestão da acessibilidade. As unidades de comparação são as condições de comunicação e de ensino descritas em cada publicação, os resultados ou argumentos que as sustentam e as implicações pedagógicas deles decorrentes. As convergências correspondem a aproximações entre estudos que discutem uma mesma questão. As diferenças são examinadas em relação ao contexto, ao tipo de pesquisa e ao alcance dos resultados. Os eixos constituem uma forma de organização desta síntese e permitem que um mesmo estudo contribua para mais de uma discussão.

Os estudos de campo e de caso são considerados em seus contextos específicos. As revisões bibliográficas são utilizadas para discutir as sínteses que apresentam, preservando a distinção entre dados produzidos diretamente e resultados retomados de outras pesquisas. Essa diferenciação delimita o alcance da interpretação: o conjunto permite identificar questões e possibilidades recorrentes, enquanto a frequência desses problemas no sistema educacional brasileiro exigiria outro desenho de investigação. A abrangência desta revisão está circunscrita às publicações relacionadas no quadro e à referência conceitual complementar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A comparação do conjunto bibliográfico permite relacionar as condições linguísticas às escolhas didáticas e às responsabilidades institucionais. Os resultados são apresentados nos três eixos definidos na metodologia. Em cada eixo, os estudos são identificados por autoria e ano, e suas contribuições são discutidas segundo o contexto e o tipo de pesquisa. As possibilidades pedagógicas formuladas nesta síntese decorrem dessas relações e precisam ser consideradas à luz das condições de cada escola.

4.1 Direitos linguísticos e participação escolar

A leitura dos documentos normativos mostra um percurso de reconhecimento da língua e de definição de condições para a oferta educacional. A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras e prevê apoio institucional ao seu uso e difusão. O Decreto nº 5.626/2005 detalha disposições

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

sobre formação e acesso à educação. A Lei nº 13.146/2015 inclui a oferta de educação bilíngue entre as medidas relacionadas ao direito à educação. A Lei nº 14.191/2021 define a modalidade bilíngue e dispõe sobre materiais didáticos e professores com formação adequada (Brasil, 2002, 2005, 2015, 2021). A articulação dessas normas fornece parâmetros para analisar o acesso linguístico, preservando a distinção entre direito previsto e condições de implementação.

Magalhães e Aleixo (2026) discutem a inclusão como um processo que envolve adaptações pedagógicas e institucionais. Silva *et al.* (2026b) relacionam o reconhecimento da diferença linguística à organização de práticas bilíngues. Os dois estudos bibliográficos convergem na valorização da Libras e na necessidade de revisar as condições de ensino. Por sua natureza, essas contribuições oferecem argumentos e proposições para o debate. A efetividade de medidas em uma escola determinada depende da investigação das práticas, dos profissionais e dos recursos presentes nesse contexto.

A análise de Silva, Medeiros e Schwengber (2023), centrada em um vídeo bilíngue que expressa a experiência de uma criança surda, acrescenta a dimensão da comunicação cotidiana. O estudo discute a reivindicação de uma cultura de comunicação entre surdos e ouvintes. Esse resultado permite relacionar o direito linguístico ao pertencimento escolar: a possibilidade de interagir com colegas e profissionais integra a experiência de participação. Trata-se de uma análise discursiva de material específico, cujo alcance deve ser preservado ao aproximá-la dos demais estudos.

Vieira, Santos e Silva (2024) examinam relações interpessoais e possibilidades de inclusão em ambientes de aprendizagem. Em diálogo com a discussão sobre comunicação, sua contribuição desloca a atenção para a forma como as relações escolares são organizadas. A comparação entre as pesquisas permite formular uma implicação pedagógica: assegurar interlocução com o professor, com os pares e com a equipe escolar constitui uma dimensão a ser considerada junto ao acesso aos conteúdos. A circulação da Libras precisa ser discutida em relação aos espaços e às situações de interação de cada instituição.

Nascimento e Teixeira (2025) identificaram pouca interação entre uma professora e um estudante surdo em uma escola de ensino médio de Teresina. O estudo também encontrou diferenças entre as percepções dos participantes sobre a inclusão. Em vez de caracterizar toda a escolarização de surdos, esse caso evidencia a necessidade de examinar como o acesso linguístico se realiza em uma relação pedagógica situada. A presença da intérprete, destacada

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

na pesquisa, deve ser analisada junto às oportunidades de interlocução e de participação do estudante nas atividades propostas.

Nóbrega *et al.* (2025) chamam atenção para estudantes com diferentes formas de comunicação. A aproximação com os demais estudos indica que as decisões sobre apoios educacionais precisam partir do perfil linguístico, das experiências e das escolhas dos sujeitos envolvidos. Para estudantes sinalizantes optantes pela educação bilíngue, a organização da Libras como língua de instrução e do português escrito como segunda língua constitui o parâmetro da modalidade. Para outros percursos, a definição das condições de acessibilidade exige igualmente diálogo e avaliação das necessidades de comunicação.

Os estudos desse eixo aproximam direitos linguísticos e participação por caminhos distintos: a discussão normativa e bibliográfica, as relações interpessoais, a experiência discursiva e o estudo de uma relação entre docente e estudante. A convergência está na atenção às condições de uso da língua e de interlocução. As possibilidades de ação incluem ampliar a presença da Libras nas interações, organizar materiais acessíveis e considerar a participação dos estudantes nas decisões que afetam sua escolarização. Essas proposições constituem implicações da comparação apresentada, com aplicação dependente do contexto escolar.

4.2 Formação docente e trabalho em colaboração

A formação docente aparece no conjunto bibliográfico em pesquisas com desenhos e alcances diferentes. Souza e Lima (2022) aplicaram questionários a 29 docentes de uma escola estadual de Minas Gerais e identificaram necessidades relacionadas à formação específica, à comunicação e às estratégias de ensino. Souza, Zimmermann e Silva (2025), em pesquisa com quatro professores de Sinop, discutem as contribuições da formação inicial e continuada para o trabalho com estudantes surdos. A aproximação desses estudos aponta questões formativas em dois contextos, preservando a diferença entre os grupos participantes.

O Decreto nº 5.626/2005 prevê a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia (Brasil, 2005). A discussão dos estudos de formação permite distinguir essa previsão curricular das condições de uso da língua e de organização didática em sala de aula. A investigação de Souza, Zimmermann e Silva (2025) relaciona as experiências docentes à necessidade de reorganização curricular. O problema formativo envolve, portanto, a articulação entre conhecimentos linguísticos e situações de ensino vivenciadas pelos profissionais.

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

Oliveira *et al.* (2024) analisam documentos federais para examinar o tratamento da formação do professor do ensino regular que atua com estudantes surdos. Lopes e Bernardes (2025) discutem a organização da formação no Brasil e na França, considerando o desafio do ensino bilíngue. Em relação às pesquisas com docentes, essas análises acrescentam o plano das políticas e dos cursos de formação. A convergência entre os estudos está na necessidade de relacionar a preparação profissional às exigências linguísticas e pedagógicas do ensino. Os diferentes desenhos de pesquisa, contudo, sustentam tipos distintos de conclusão.

Souza e Lima (2022) defendem que a formação continuada seja situada no grupo escolar e considere as necessidades dos profissionais. A formulação explicita uma possibilidade associada aos resultados de sua pesquisa:

> Para tanto, defende-se aqui a ampliação de ofertas e iniciativas de cursos de formação continuada com foco na inclusão de alunos Surdos, além de iniciativas que primam por uma formação docente situada no grupo escolar, no contexto da profissão, compreendendo formação continuada transformadora, ressignificada, gratuita e que leve em consideração, essencialmente, as necessidades formativas dos docentes e demais profissionais da escola que atuam com estudantes Surdos e/ou que desenvolvem funções a eles diretamente relacionadas. (Souza; Lima, 2022, p. 20).

A proposta de formação situada pode ser relacionada ao planejamento de atividades, à escolha de recursos e à avaliação da aprendizagem. A implicação extraída da comparação é a possibilidade de organizar ações formativas que retomem problemas identificados pelos próprios profissionais e estudantes. O estudo de Lopes e Bernardes (2025) acrescenta a necessidade de considerar a organização do ensino bilíngue na formação docente. Assim, a discussão envolve o uso pedagógico das línguas, a seleção dos conteúdos e as formas de acesso ao conhecimento.

Romário (2025) analisou entrevistas com educadoras surdas e ouvintes em escolas regulares de João Pessoa. A pesquisa identificou a delegação de responsabilidades didático-pedagógicas às educadoras surdas, embora essas funções fossem oficialmente atribuídas às professoras regentes. O resultado evidencia, no contexto investigado, uma relação entre necessidades de formação e distribuição do trabalho. A participação de profissionais surdos pode contribuir para a escolarização pela sua experiência linguística e cultural. A análise também requer explicitar as responsabilidades e as condições de atuação dos diferentes profissionais.

Castro e Kelman (2023) apresentam práticas de trabalho em colaboração entre professoras e tradutoras e intérpretes de Libras em duas escolas-polo. A discussão permite

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

examinar como a mediação do conhecimento se articula às interações entre estudantes surdos e ouvintes. Ao aproximar esse estudo do de Romário (2025), identifica-se uma tensão entre colaboração e transferência de atribuições. A primeira envolve coordenação das atividades e reconhecimento das funções. A segunda pode ocorrer quando um profissional assume responsabilidades para as quais a organização escolar deveria oferecer apoio e preparação ao conjunto da equipe.

Lima e Lima (2024) discutem o intérprete como mediador linguístico e cultural e ressaltam a formação conjunta com professores. Souza e Lima (2022) situam a responsabilidade pelo ensino na atuação do professor regente. A leitura articulada sustenta a necessidade de definir objetivos curriculares, disponibilizar materiais previamente e discutir escolhas terminológicas e visuais. O planejamento em colaboração permite coordenar essas decisões, com respeito à responsabilidade docente e às competências de tradução e interpretação.

O estudo de caso de Nascimento e Teixeira (2025) acrescenta que a centralidade da intérprete na comunicação pode coexistir com pouca interação entre professor e estudante. Esse resultado reforça a necessidade de observar a relação pedagógica além da disponibilidade do serviço de interpretação. Como implicação da síntese, o trabalho em colaboração pode incluir momentos de planejamento, interlocução direta com o estudante, acompanhamento de sua participação e discussão dos recursos utilizados. A pertinência dessas ações precisa ser examinada em cada contexto, com a participação dos profissionais e dos estudantes envolvidos.

A análise desse eixo identifica uma relação entre formação, divisão de responsabilidades e organização do trabalho. As necessidades apontadas por docentes, as lacunas discutidas nas análises documentais e as experiências de colaboração oferecem contribuições complementares. As possibilidades de ação incluem formação continuada vinculada à escola, planejamento conjunto e definição de atribuições. Essas proposições decorrem da comparação entre pesquisas situadas e permitem orientar questões para o acompanhamento das práticas pedagógicas.

4.3 Currículo visual e gestão da acessibilidade

Silva e Lima (2025) sistematizaram 16 estudos publicados entre 2017 e 2021 e identificaram três grupos de recursos pedagógicos: ferramentas digitais de acessibilidade à Libras, atividades lúdicas e objetos concretos, materiais visuais imagéticos. Esse período corresponde aos estudos analisados naquela revisão e difere do intervalo de publicação dos

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

artigos reunidos no presente trabalho. A pesquisa relaciona as possibilidades dos recursos às condições de mediação linguística. A variedade de ferramentas discutidas permite considerar sua adequação aos objetivos de ensino e às formas de participação dos estudantes.

Porto e Santana (2024) investigaram práticas nos anos iniciais do ensino fundamental em uma escola pública de Vitória da Conquista. A pesquisa identificou poucas adaptações para as especificidades linguísticas dos estudantes surdos e um planejamento prioritariamente voltado aos ouvintes. Em relação à revisão de Silva e Lima (2025), esse resultado situa a questão no nível das escolhas didáticas: a disponibilidade de recursos precisa ser articulada à forma de apresentar os conteúdos e de organizar as atividades. A comparação relaciona repertório de ferramentas e condições de uso em um contexto escolar.

Santos, Mendes e Kodama (2023) discutem práticas pedagógicas a partir do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes. A aproximação com os estudos de recursos e de planejamento permite considerar como as atividades oferecem oportunidades para demonstrar conhecimentos. A implicação curricular envolve diversificar os meios de apresentação, interação e resposta, mantendo relação com os objetivos de aprendizagem. Essa formulação decorre da leitura conjunta dos estudos e precisa considerar as características linguísticas e educacionais de cada estudante.

A organização visual dos ambientes integra essa discussão. Silva *et al.* (2026a) articulam espaço, linguagem e gestão em uma análise bibliográfica da inclusão escolar. Sua contribuição permite relacionar a disposição física da sala e a visibilidade dos interlocutores ao acesso às informações. Como possibilidade de organização, o planejamento pode considerar iluminação, campo visual, posicionamento dos profissionais e sequência de apresentação de materiais. Essas medidas constituem implicações pedagógicas da discussão bibliográfica e devem ser avaliadas segundo as condições dos espaços escolares.

Os recursos digitais precisam ser examinados em relação às línguas e aos objetivos de ensino. A revisão de Silva e Lima (2025) apresenta ferramentas de apoio à comunicação e aponta limitações de sua utilização sem mediação adequada. A partir desse resultado, a escolha de vídeos, apresentações e plataformas pode considerar a visibilidade da sinalização, a qualidade das legendas, o ritmo de exposição e as oportunidades de interação. A avaliação do recurso depende do uso proposto e do perfil dos estudantes, preservando a distinção entre apoio tecnológico, interpretação e atividade docente.

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72
CC BY

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

A avaliação da aprendizagem também se relaciona ao acesso linguístico. Lopes e Bernardes (2025) discutem a mediação de conhecimentos registrados na língua majoritária e o desafio formativo envolvido no ensino bilíngue. A implicação extraída para a avaliação é a necessidade de explicitar o que se pretende avaliar e as formas pelas quais o estudante pode demonstrar esse conhecimento. Quando o foco está em um conteúdo curricular, as condições de expressão e de compreensão da tarefa precisam ser consideradas. O ensino do português escrito como segunda língua envolve objetivos próprios, articulados ao percurso de escolarização.

A gestão escolar participa dessas condições por meio da organização de tempos, profissionais e recursos. A análise bibliográfica de Silva *et al.* (2026a) propõe a articulação entre as decisões institucionais e as práticas de ensino. Evangelista *et al.* (2024) discutem políticas públicas e os desafios da inclusão no ambiente escolar. A comparação desses estudos com as pesquisas de campo permite identificar uma questão de implementação: a previsão normativa precisa ser relacionada às condições de trabalho, à formação e aos apoios disponíveis para realizar as ações pedagógicas.

A Lei nº 14.191/2021 prevê a participação das comunidades surdas em programas relacionados à educação bilíngue e a escuta de suas entidades representativas em processos relativos aos professores da modalidade (Brasil, 2021). Em diálogo com os estudos sobre comunicação e relações escolares, essa previsão permite discutir a participação dos estudantes, das famílias e de profissionais surdos no planejamento e na avaliação das condições de acessibilidade. A construção de decisões institucionais pode considerar essas experiências junto aos registros de aprendizagem e às condições de oferta do ensino.

O estudo de Nascimento e Teixeira (2025) mostra diferenças entre as percepções dos participantes sobre uma mesma situação de inclusão. Esse resultado permite formular uma possibilidade de acompanhamento institucional: reunir registros de participação e aprendizagem e considerar as experiências relatadas pelos estudantes. A análise da frequência, da progressão escolar e do acesso às atividades pode ser relacionada às condições de comunicação e de ensino. Trata-se de uma implicação da síntese, cuja aplicação exige definir procedimentos adequados ao contexto escolar.

A articulação entre currículo visual e gestão reúne contribuições que aparecem de forma dispersa nos estudos. Os recursos ampliam possibilidades quando são relacionados ao

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

planejamento e à mediação linguística. A organização do espaço e dos tempos interfere na forma de acompanhar as atividades. A gestão pode coordenar formação, profissionais e participação da comunidade escolar. A comparação sugere que essas dimensões precisam ser consideradas em conjunto para discutir condições de continuidade das ações de acessibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão respondeu ao problema de pesquisa ao relacionar os desafios de comunicação, formação e organização pedagógica às possibilidades de efetivação dos direitos linguísticos. O conjunto examinado identifica situações de pouca interação entre professor e estudante, necessidades formativas e dificuldades na articulação entre recursos, interpretação e ensino. Os resultados pertencem a pesquisas com contextos e desenhos distintos, o que delimita a abrangência das conclusões desta revisão narrativa.

No eixo dos direitos linguísticos, a comparação aproxima os parâmetros legais das condições de uso da língua e de participação nas relações escolares. Para os estudantes optantes pela modalidade bilíngue, a oferta em Libras e o ensino do português escrito como segunda língua constituem referências para a organização educacional. A diversidade dos percursos dos estudantes requer que as decisões sobre apoios considerem seus repertórios, suas escolhas e suas experiências de escolarização.

Quanto à formação e ao trabalho em colaboração, os estudos discutidos permitem relacionar preparação profissional, planejamento e definição de responsabilidades. A formação continuada situada na escola e a articulação entre professores, tradutores e intérpretes de Libras e profissionais do atendimento educacional especializado aparecem como possibilidades de organização. A contribuição dessas ações precisa ser examinada em relação aos problemas identificados pelos participantes e às condições de trabalho de cada instituição.

No plano curricular e institucional, a síntese relaciona recursos visuais, organização dos ambientes, avaliação e gestão da acessibilidade. As implicações pedagógicas incluem preparar materiais de acordo com os objetivos de aprendizagem, ampliar oportunidades de interação e considerar a participação dos estudantes no acompanhamento de sua escolarização. O planejamento institucional pode articular essas ações à formação e à continuidade dos apoios, com participação da comunidade surda e das famílias.

A contribuição do artigo consiste na aproximação entre documentos normativos e estudos sobre dimensões complementares da inclusão escolar. Sua abrangência está circunscrita

Revista Internacional de Estudos Surdos, v. 1, n. 2, p. 65-82, nov. 2026. ISSN: 3086-7266
https://doi.org/10.68044/h77j7y72

ao conjunto bibliográfico delimitado. Pesquisas posteriores podem ampliar a diversidade de contextos, explicitar procedimentos sistemáticos de busca e aprofundar a participação dos estudantes surdos na análise das condições de ensino. O fortalecimento de uma educação acessível demanda compreender como língua, currículo e organização institucional se articulam nas experiências de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2002/lei-10436-24-abril-2002-405330-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 17 nov. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html. Acesso em: 17 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-publicacaooriginal-147468-pl.html. Acesso em: 17 nov. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2021/lei-14191-3-agosto-2021-791630-publicacaooriginal-163262-pl.html. Acesso em: 17 nov. 2026.

CASTRO, Mariana Gonçalves Ferreira de; KELMAN, Celeste Azulay. Codocência entre professor regente e TILSP: parceria necessária na educação bilíngue de surdos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 73, p. 172-184, 2023. DOI: 10.12957/teias.2024.74131. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/74131. Acesso em: 17 nov. 2026.

EVANGELISTA, Marcos Antonio *et al.* As políticas públicas de educação para alunos surdos no Brasil: desafios e inclusão no ambiente escolar. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 10, e117131047187, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i10.47187. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/47187. Acesso em: 17 nov. 2026.

LIMA, José Valdir de Souza; LIMA, Aline Karina Barbosa da Silva. Práticas inclusivas na Educação Especial: o papel do intérprete de Libras na mediação escolar. **Revista Saber Incluir**, Santarém, v. 2, n. 3, e24031, p. 1-16, 2024. DOI: 10.24065/rsi.v2i3.2817. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistasaberincluir/article/view/2817. Acesso em: 17 nov. 2026.

LOPES, Mara Aparecida de Castilho; BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. Educação de surdos e formação de professores: uma análise franco-brasileira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Dourados, v. 31, e0193, p. 1-18, 2025. DOI: 10.1590/1980-54702025v31e0193. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbee/a/tydfFtwYf6MLzjkTLZpmXrf/. Acesso em: 17 nov. 2026.

MAGALHÃES, Flávia Cristina Mendes; ALEIXO, Felipe. Reflexões sobre a inclusão de estudantes surdos no ensino regular. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-24, 2026. DOI: 10.70773/revistatopicos/779469207. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/reflexoes-sobre-a-inclusao-de-estudantes-surdos-no-ensino-regular. Acesso em: 17 nov. 2026.

NASCIMENTO, Maria Clara de Assis; TEIXEIRA, Marcos Felipe Borges. A inclusão escolar do aluno surdo: concepção docente e o papel da mediação em Teresina-PI. **Form@re: Revista do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 34-41, 2025. Disponível em: https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/formare/article/view/6502. Acesso em: 17 nov. 2026.

NÓBREGA, Josley Maycon de Sousa *et al.* A inclusão de estudantes surdos no ensino regular. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 11, e10718, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n11-223. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10718. Acesso em: 17 nov. 2026.

OLIVEIRA, Rosa Gonçalves de *et al.* A inclusão do aluno surdo e a formação do professor: um estudo das políticas públicas federais. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 13, e12853, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-469. Disponível em: https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/12853. Acesso em: 17 nov. 2026.

PORTO, Klayton Santana; SANTANA, Luana Silva. As práticas pedagógicas de professores da Educação Básica e suas contribuições na aprendizagem de estudantes surdos. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 31, e15348, p. 1-20, 2024. DOI: 10.5335/rep.v31.15348. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rep/article/download/15348/114117937/15316698. Acesso em: 17 nov. 2026.

ROMÁRIO, Lucas. Trabalho pedagógico surdo: responsabilidades didático-pedagógicas na escolarização de estudantes surdas(os) na escola regular. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 38, n. 1, p. 1-24, 2025. DOI: 10.5902/1984686X91940. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/91940. Acesso em: 17 nov. 2026.

SANTOS, Sylvana Karla da Silva de Lemos; MENDES, Núbia Flávia Oliveira; KODAMA, Queila Pahim. Práticas pedagógicas na educação inclusiva e na educação de surdos: um estudo sobre o incentivo das potencialidades. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, e35, p. 1-28, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69929. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69929. Acesso em: 17 nov. 2026.

SILVA, Ana Rosária Soares da *et al.* A escola regular frente à inclusão do aluno surdo: espaços, linguagem e gestão. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 1-12, 2026a. DOI: 10.51891/rease.v12i5.26773. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/26773. Acesso em: 17 nov. 2026.

SILVA, Ana Rosária Soares da *et al.* A inclusão de alunos surdos na escola regular: desafios e perspectivas para uma educação bilíngue e inclusiva. **Revista Tópicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 32, p. 1-20, 2026b. DOI: 10.70773/revistatopicos/777244064. Disponível em: https://revistatopicos.com.br/artigos/a-inclusao-de-alunos-surdos-na-escola-regular-desafios-e-perspectivas-para-uma-educacao-bilingue-e-inclusiva. Acesso em: 17 nov. 2026.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2016. DOI: 10.1590/2175-353920150201917. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/fHBjNHSPPFZVQwbXJwS4Qqg/. Acesso em: 17 nov. 2026.

SILVA, Franciele Fernandes da; MEDEIROS, Daniela; SCHWENGBER, Maria Simone Vione. Subjetivações surdas: discursos sobre a (in)existência da Libras no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. DOI: 10.5902/1984686X65929. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/65929. Acesso em: 17 nov. 2026.

SILVA, Marimar da; LIMA, Elandria. Inclusão de estudantes surdos nas escolas brasileiras: uma sistematização de estudos de 2017 a 2021. **Revista Técnico-Científica do IFSC**, Florianópolis, v. 15, p. 1-16, 2025. DOI: 10.35700/2316-8382.2025.v15.3653. Disponível em: https://ojs.ifsc.edu.br/index.php/rtc/article/view/3653. Acesso em: 17 nov. 2026.

SOUZA, Adelene de; LIMA, Francine de Paulo Martins. Inclusão de alunos surdos: desafios e necessidades do docente. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 25, e18457.038, p. 1-23, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.18457.038. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/pt_BR/article/view/18457. Acesso em: 17 nov. 2026.

SOUZA, Flávio Penteado de; ZIMMERMANN, Alana Sara; SILVA, Joice Ribeiro da. Formação de professores em Libras para o ensino de alunos surdos: experiências de professores da rede municipal de ensino de Sinop-MT. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Sinop, v. 15, n. 2, p. 134-146, 2025. DOI: 10.30681/ecs.v15i2.13859. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/13859. Acesso em: 17 nov. 2026.

RIES
Revista Internacional de Estudos Surdos
ISSN: 3086-7266

VIEIRA, Josimar de Aparecido; SANTOS, Juliete Michely Ribeiro dos; SILVA, Danielli da Costa. Os estudantes surdos e o processo de inclusão em ambientes de aprendizagem no ensino regular. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e75800, p. 1-28, 2024. DOI: 10.12957/periferia.2024.75800. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/75800. Acesso em: 17 nov. 2026.

Recebido: 19/09/2026
Aceito: 02/11/2026
Publicado: 17/11/2026